

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

PARECER N.º 23/2017

PROTOCOLO: 1651546

INTERESSADO: MÁRIO PEREIRA DA ROCHA

I - OBJETO

Em atendimento às competências deste Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno consoante o estabelecido na Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006, apresentamos os resultados da análise do processo de dispensa de licitação amparado pela Lei 8.666/93, em seu art.24, IV, referente **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO**, para o paciente **MÁRIO PEREIRA DA ROCHA**, em razão de decisão judicial nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Pará nº 0801919-38.2016.8.14.0301.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 (Sistema de Controle Interno).

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Licitações e Contratos Administrativos).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).

III–DA ANÁLISE

Eu, Juliane Gonçalves Pantoja, brasileira, casada, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº 018643/O-0/CRCPA, responsável pelo Controle Interno da Secretaria Municipal de Saúde de Belém – NCI/SESMA nomeada nos termos do Decreto nº 81.765/2015 – PMB, de 15 de janeiro de 2015, declaro para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisei integralmente o Processo nº 1651546, referente **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO**, para o paciente **MÁRIO PEREIRA DA ROCHA**, em razão de decisão judicial nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Pará nº 0801919-38.2016.8.14.0301.

Com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos correlatos, pelo que declaro, ainda, que o referido processo se encontra revertido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Os exames foram realizados por meio de análises de documentos em estrita observância às normas de controle interno aplicável ao Serviço Público Municipal.

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

Após a verificação e análise do processo de Dispensa de Licitação, constatou-se a **conformidade** dos procedimentos administrativos e legais, estando de acordo com o determinado pela legislação de licitação, a qual foi respeitada em todas as fases.

No que consiste a análise documental, encontrou-se: Ofício nº 1.334/2016-SPC/SEMAJ/PMB; Mandato de Citação e Intimação; Cópia Decisão; Laudo Medico; Cópia da documentação da requerente; Parecer Técnico nº 111/2016; Cotação de preços nº 457/2016 com seu respectivo mapa comparativo, cuja a empresa ganhadora foi AE SOUZA E COSTA COMÉRCIO LTDA (CNPJ: 21.715.600/0001-06) o valor total de R\$ 2.658,63 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos) no item CINACALCET 30 MG (MIMPARA); Dotação orçamentária informada pelo FMS de acordo com as característica de despesa e parecer jurídico nº 207/2017 – NSAJ/SESMA, favorável a aquisição com o fundamento no art.24, inc. IV da Lei nº 8.666/93.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Face ao exposto, encaminhamos ao GABS para conhecimento, ratificação e providências que o caso requer.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Belém-PA, 02 de fevereiro de 2017.

JULIANE GONÇALVES PANTOJA

Coordenadora do Núcleo de Controle Interno – N.CI/SESMA.